

APRESENTAÇÃO

Reinaldo Matias Fleuriⁱ

O Dossiê Temático “Educação intercultural: aprender com os povos originários do Sul a decolonizar a educação” pretende contribuir para estudar as cosmovisões de povos originários do hemisfério sul, relacionadas com a concepção de “bem-viver”, em suas implicações decoloniais e não-coloniais para a construção de políticas de sustentabilidade, bem como de propostas e práticas inovadoras de educação intercultural e inclusivaⁱⁱ. Do ponto de vista epistemológico, considera-se que a mobilização de formas decoloniais de poder e de saber, bem como de ser e de viver, promove a construção de estratégias socioculturais, científicas e tecnológicas importantes para garantir a convivência de todos os seres humanos e da biodiversidade, para além de dispositivos hegemônicos de dominação sociocultural e de destruição sistemática da natureza.

A organização deste Dossiê aposta no avanço das pesquisas relacionadas com a interculturalidade crítica na área de educação, para a cooperação científica interinstitucional e intercultural, para o estreitamento da interação entre universidades e movimentos sociais de povos originários, bem como para a construção de políticas interculturais de sustentabilidade e de práticas que fomentem a integração e empoderamento das culturas e povos originários.

As autoras e os autores, que generosamente aqui oferecem suas reflexões críticas tecidas a partir de diferentes perspectivas e experiências socioculturais, contribuem tanto para a discussão epistêmico-teórica da colonialidade-decolonialidade, quanto para o estudo promoção de experiências educacionais decoloniais junto com os povos originários da América.

As contribuições de fundo epistêmico-teórico são potencializadas principalmente por Jacques Gauthier, Nadir Azibeiro e Mariateresa Muraca. Enquanto as implicações para diferentes campos de educação e formação de educadores são estudadas por Beatriz Stumpf, Edinéia Lopes e coautores, Maria Caovilla e coautores, Clovis Brighenti, Domingos Nobre e Anna Vecchia, Aila Serpa e Beleni Grando, Isabell Neri e Ivanilde Apoluceno, Violeta Holanda, bem como por Pedro Cruz e Renan de Araújo.

Propondo “Valorizar o conteúdo filosófico dos mitos e das sabedorias tradicionais para decolonizar a educação e a pesquisa em filosofia e ciências sociais”, Jacques Gauthier considera a potência das noções de ancestralidade e comunidade na produção e transmissão do conhecimento nas culturas indígenas e afrodescendentes do Sul. Explicita problemas e conceitos filosóficos nas tradições ancestrais presentes nas mitologias e nas divindades. De modo particular, examina cinco glifos toltecas e cinco orixás do candomblé, evidenciando-os como fontes energéticas e cognitivas para a pesquisa e educação. Sugere suas convergências com algumas abordagens acadêmicas e formula uma proposta curricular baseada na ancestralidade dos elementais Fogo, Ar, Água e Terra.

Enquanto Gauthier relaciona o potencial dos mitos e das sabedorias ancestrais com a Sociopoética, perspectiva teórica que o próprio autor vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória acadêmica, Nadir Azibeiro explora algumas conexões do “Bem Viver” (Sumak kawsay) com as propostas da Ecologia Profunda, da Ecopsicologia, do Ecofeminismo, da Psicologia Transpessoal. Em seu artigo “Ecologia do corpo coração mente espírito: Tecendo reflexões acerca de intercultura e bem viver” entende que o Bem Viver concebe o ser humano integrado ao Cosmos, em relação de respeito à dignidade de todos os seres. A autora relaciona o princípio da “complementariedade”, inerente ao Bem Viver, com o que Maturana chama de “Matrístico”. Tal perspectiva intercultural permite rearticular o nosso modo de viver, mediante processos educacionais dialógicos e integrados com a mãe-natureza, mobilizando experiências que ativem o modo de ser integrado com todas as forças ecológicas de vida, superando a lógica egocêntrica predominante na cultura ocidental moderna e desconstruindo efetivamente os processos de subalternização.

Neste sentido, Mariateresa Muraca levanta a questão “É possível decolonizar a história da pedagogia?”, uma vez que a pedagogia, tal como as outras ciências humanas e sociais no mundo ocidental, é um produto da modernidade-colonialidade. De modo particular, a própria História da Pedagogia prioriza algumas tradições de pensamento hegemônicas para legitimar a civilização ocidental, instituindo a sujeição e a exclusão de todas as outras culturas. Neste artigo, a autora focaliza algumas “Aprendizagens a partir da filosofia da educação maia”, desenvolvendo uma análise transversal ao passado e ao presente, ao tempo da pré-

colonialidade e ao tempo atual da decolonialidade. Neste estudo, Muraca aprofunda a concepção da interdependência cósmica, geracional e entre as espécies, já abordada sob outros pontos de vista por Gauthier e Azibeiro, aprofundando o diálogo e ampliando a compreensão dos horizontes epistemológicos e teóricos em favor da vida.

A riqueza e a profundidade dos povos ancestrais, bem como de seu potencial decolonial para a educação em geral e para a sociedade como um todo, são explicitadas pelo estudo de Beatriz Stumpf “Interculturalidade na formação de professores/as indígenas: reflexões a partir de um olhar sobre o pensamento ameríndio”. Mediante o acompanhamento participativo e investigativo de uma experiência de formação continuada de professores indígenas na Amazônia brasileira, a autora articula suas reflexões sobre interculturalidade em diálogo com autores latino-americanos, enfatizando a importância do registro dos saberes ancestrais ameríndios, em diferentes formas e linguagens mobilizadas essencialmente pela arte.

Um exemplo potente de elaboração intercultural crítica dos saberes ancestrais é apresentado por um grupo de coautoras e coautores liderado por Ednéia Lopes, que estudam a “Interculturalidade na perspectiva Bakairi do ensino das Ciências da Natureza na escola indígena”. Ao dialogar com o povo Bakairi da Aldeia Aturua (MT, Brasil) sobre temáticas e práticas do seu cotidiano relevantes para a constituição das suas identidades individuais e coletivas, as pesquisadoras e os pesquisadores buscaram compreender os processos de construção de saberes da área das Ciências da Natureza no contexto da Educação Escolar Indígena. Referenciando a potencialidade da arte como agenciador dos saberes ancestrais – também mencionada acima por Beatriz Stumpf – constatam que a temática “Pinturas Corporais Bakairi” apareceu nas experiências de educação intercultural Bakairi como articuladora da elaboração dos seus conhecimentos da natureza. O empoderamento das singularidades destes processos de conhecimento permite desconstruir o sentido universalista das ciências modernas.

Maria Aparecida Caovilla e coautores ampliam o estudo desta perspectiva decolonial para o campo da educação jurídica, no seu artigo “Educação jurídica para o bem viver: a superação de um arquétipo eurocêntrico para uma epistemologia do sul”. Perguntam-se “será

possível um novo modelo de educação no Direito, fundamentado na efetivação da cidadania, da democracia e de justiça para o bem viver no continente latino-americano?” Pois contestam a lógica tradicional do ensino e da educação transmissiva do modelo de ensino jurídico predominante. Consideram importante educar para múltiplas sabedorias, criatividade expressivas e reflexivas, que constituem as culturas latino-americanas. E buscam articular os processos de construção dos saberes com as necessidades da sociedade, coerente com o pluralismo jurídico comunitário-participativo, o que implica em desconstruir a burocratização, o formalismo, o positivismo e o individualismo nas práticas jurídicas no Brasil, ou seja decolonializar a educação.

A proposta de Caovilla e colegas coloca em questão o processo histórico de constituição dos Estados Nacionais como fator de negação epistêmica e ética das culturas ancestrais não-coloniais. Neste contexto histórico profundo, Clovis Brighenti estuda a “Educação escolar como desafio ao Teko Guarani”. Entendendo a escola como principal instrumento de dominação epistêmica agenciado pelo Estado Nacional, analisa as assimetrias entre a educação escolar e as práticas socioculturais Guarani. O extenso território da bacia platina e do litoral atlântico ocupado há milênios pelo povo Guarani foi, nos últimos cinco séculos, conquistado pelas potências coloniais espanholas e portuguesas e, no último século, foi subjugado pelos Estados Nacionais. A Nação Guarani sofreu, assim, múltiplas violações culturais, físicas e territoriais, sendo considerado um povo em extinção e sendo esarteado em conflitantes historicidades, pela imposição das fronteiras nacionais. A escola tem sido aparelhada pelos estados nacionais para descredenciar os conhecimentos originários mediante a imposição das culturas ocidentais. Que estratégias os Guarani desenvolvem para desconstruir os dispositivos escolares de sujeição e resgatar os sentidos não-coloniais da educação?

De outro ponto de vista, o das políticas públicas, as iniciativas educacionais indigenistas agenciadas pelo Estado também se defrontam contraditoriamente com a emergência de perspectivas decoloniais. É o que Domingos Nobre e Anna Beatriz Vecchia apontam no artigo “Magistério indígena Guarani Mbya no Rio de Janeiro: uma perspectiva decolonial de educação diferenciada”. Estudando o processo de implantação do primeiro

Curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena Guarani do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 2018, verificam que componentes curriculares deste Curso apontam para a preservação e fortalecimento da cultura e da língua Guarani, mesmo num contexto de crise das políticas públicas de educação escolar indígena no Estado do Rio de Janeiro.

Além da dimensão curricular, outros espaços de educação intercultural se constituem como fronteiras interétnicas em escolas urbanas. Aila Oliveira Serpa e Beleni Saléte Grandó – em seu artigo “Indígena na cidade? Considerações sobre a educação intercultural na escola” – buscam compreender os contextos interétnicos no cotidiano de escolas urbanas em Mato Grosso. Analisam o Projeto Sala de Educador (PSE), dos anos de 2011 a 2015, de uma escola Estadual no município de Nova Xavantina - MT. Para enfrentar o recorrente fracasso escolar dos estudantes indígenas, que encontram na escola dificuldades de se relacionar com a sociedade envolvente sem perder ou desqualificar sua própria cultura, as autoras identificam a necessidade de que os educadores se apropriem de conhecimentos básicos sobre os povos indígenas do Brasil. Neste sentido, os educadores são convidados no contexto do Projeto Sala de Educador a conhecer a trajetória histórica e cultural dos povos indígenas que circundam e atravessam o contexto escolar, de modo a descobrirem como sua atividade pedagógica pode apoiar suas estratégias de resistência cultural e de defesa de seus direitos ao conviver com a sociedade nacional.

Também em contextos educacionais não-escolares se aprende a decolonizar a educação. Um caso exemplar é o que nos apresenta Isabell Theresa Tavares Neri e Ivanilde Apoluceno de Oliveira em seu artigo “Interculturalidade crítica: aprender a decolonizar a educação com saberes de mulheres ribeirinhas da Amazônia”. As autoras, inserindo-se etnograficamente em um espaço de acolhimento, uma classe hospitalar, interagem com mulheres vítimas de escalpelamento nos rios da Amazônia. Nesta classe hospitalar, mediante um processo educativo orientado pelos princípios da educação intercultural crítica freireana, as mulheres ribeirinhas encontram a possibilidade de reconhecer suas vozes, saberes, práticas e manifestações culturais. As narrativas das mulheres sobre o “enfrentamento da violência de gênero”, o “trabalho”, a “medicina popular” e o “imaginário”, explicitam sua resistência e seu

empoderamento no contexto de diversidade biossocial e cultural das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

A resistência e a emergência de dimensões não-coloniais em contextos marcados pela colonialidade mobilizam experiências decoloniais. É o que se configura na experiência pessoal das pesquisadoras Violeta Holanda e Stela Rosa. Ao buscar compreender as percepções de gênero e ecologia em contextos decoloniais à luz de teorias feministas, as autoras narram suas próprias histórias pessoais dialogando com as histórias de outras mulheres com quem desenvolvem a pesquisa. E percebem que as categorias “mulher” e “gênero” – embora fundamentais para desvelar as desigualdades constituídas mediante o processo de normatização de aspectos biológicos – não são suficientes para compreender os processos de racialização vividas por elas, mulheres indígenas, negras e nordestinas, nem entender criticamente as relações entre gênero e natureza em contextos decoloniais. Tomando como metáfora o ciclo reprodutivo das “piabas” – espécie de peixe muito comum nos rios brasileiros, que hoje vem sendo criada em cativeiro para o mercado – suscitam um olhar crítico sobre os limites delegados às feministas latino-americanas, pelas teorias feministas produzidas a partir de contextos europeus. Neste sentido, desafiam-se a romper com a ideia de sujeito universal, para se poder compreender as experiências coletivas que singularizam os corpos humanos e não humanos. “Para as mulheres e as piabas, as ameaças humanas e naturais resultam em resistências, no ecoar de gritos/gestos/escritas/movimentos em correntezas”.

Por fim, as resenhas críticas apresentam duas obras nossas que permitem contextualizar o debate realizado neste dossiê a partir da trajetória de pesquisas que vimos realizando junto com a rede “Mover” de pesquisas. Pedro Cruz considera as trajetórias de pesquisas da Rede “Mover”, sob a perspectiva da extensão universitária popular, como exercícios de mergulho permanente, sistemático e profundo na realidade social. E Renan de Araújo enfatiza, nas teorias e nas experiências de formação de educadores estudadas, a perspectiva intercultural crítica, que propõe a desconstrução da matriz colonial na busca de convivência democrática entre todas as pessoas e grupos socioculturais.

O questionamento das matrizes epistemológicas coloniais, baseadas na pressuposição de que conhecimento universal seja construído por sujeito abstrato (Holanda), remete-nos ao desafio de aprender o Bem Viver com as tradições não-coloniais dos povos originários ancestrais, presentes nas mitologias e nas divindades (Gauthier). A matriz epistêmica e ética do Bem Viver funda-se na relação de integração, complementariedade, correspondência e “interdependência cósmica, geracional e entre as espécies” (Muraca), que configura a singularidade da “ecologia do corpo coração mente espírito” (Azibeiro). O Bem-Viver constitui um referencial mobilizador de ressignificação de práticas educacionais interculturais. Neste sentido, as práticas estéticas mobilizam diferentes formas e linguagens dos saberes ancestrais ameríndios em processos de formação de educadores (Stumpf), tal como as “Pinturas Corporais Bakairi” articulam a elaboração de saberes sobre a natureza em práticas de educação intercultural (Lopes et al.). O Bem Viver articula múltiplas sabedorias constitutivas das culturas latino-americanas, promovendo processos expressivos e reflexivos de criatividade, que permitem superar os arquétipos epistemológicos eurocêntricos (Caovilla et al.), desconstruir os dispositivos escolares de sujeição (Brighenti) e construir componentes curriculares que favoreçam a preservação e fortalecimento das culturas ancestrais (Nobre e Vecchia), bem como o apoio aos professores para compreenderem e apoiarem os processos de resistência cultural, tanto dos indígenas nos contextos escolares urbanos (Serpa e Grandó), quanto de mulheres ribeirinhas em contextos não-escolares, como em uma classe hospitalar na Amazônia (Neri e Apoluceno), ou nas pesquisas desenvolvidas pela Rede “Mover” (Cruz e Araújo). Em suma, o Bem Viver, expressa uma síntese de um modo não-colonial de ser no mundo, um referencial potente para decolonizar a educação, bem como as relações sociais, ecológicas e educacionais.

ⁱ Reinaldo Matias Fleuri é doutor em Educação (UNICAMP, 1988), professor permanente (voluntário) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como professor visitante na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro de março de 2018 a março de 2019. Pesquisador 1 do CNPq, coordena a rede de pesquisas “Educação Intercultural e Movimentos Sociais” (CNPq/UFSC).

ⁱⁱ A publicação deste dossiê representa um dos resultados do processo de pesquisa em rede mobilizado pelo Projeto de Pesquisa “Educação intercultural: aprender com os povos originários do Sul a decolonizar a educação”, coordenado por Reinaldo Matias Fleuri, contando com o apoio do CNPq, no período de 2018 a 2022.